

Lupo S.A.

Relatório sobre a Revisão das
Informações Contábeis Intermediárias
Consolidadas e Individuais Referente ao
Período de Três Meses
Findo em 31 de Março de 2026

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras consolidadas e individuais	1
Balancos patrimoniais	2
Demonstrações de resultados	4
Demonstrações de resultados abrangentes	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	6
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	7
Demonstrativo de valor adicionado (DVA)	8
Notas explicativas às informações financeiras	9

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, ao Conselho de Administração e à Diretoria da Lupo S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais da Lupo S.A. (“Companhia”), identificadas como consolidado e controladora, respectivamente, contidas no Formulário das Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem os balanços patrimoniais consolidado e individual em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional “IAS 34 - Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Outros assuntos


Demonstrações do valor adicionado


As informações contábeis intermediárias referidas anteriormente incluem as demonstrações do valor adicionado - DVA, consolidadas e individuais, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores comparativos

As Informações Trimestrais - ITR mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2025, obtidas das informações trimestrais - ITR daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais - ITR do trimestre findo em 31 de março de 2025 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 12 de maio de 2025 e 20 de março de 2026, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 12 de maio de 2026


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Manoel P. da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2

Lupo S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora		Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025			31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025		
Caixa e equivalentes de caixa	6	329.942	316.071	252.057	243.526	Fornecedores	16	75.222	71.814	41.185	30.151
Contas a receber de clientes	7	339.290	373.695	235.031	257.393	Empréstimos e financiamentos	17	2.478	3.368	2.478	3.368
Estoques	8	453.134	407.197	222.999	199.195	Passivo de arrendamentos	15	19.778	24.402	11.628	16.711
Adiantamento a fornecedores	9	17.470	27.689	11.731	17.466	Salários e férias a pagar	18	38.021	37.490	23.121	24.498
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	11	43.069	41.594	33.080	32.001	Impostos e contribuições a recolher	19	20.067	17.414	10.814	9.817
Impostos a recuperar	10	44.307	54.981	31.419	38.280	Imposto de renda e contribuição social a recolher		59	249	-	-
Outras contas a receber		13.966	16.791	19.883	22.036	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	23	23.100	41.600	23.100	41.600
						Outras contas a pagar		16.360	21.830	14.801	19.963
Total do ativo circulante		1.241.178	1.238.018	806.200	809.897	Total do passivo circulante		195.085	218.167	127.127	146.108
Contas a receber de clientes	7	528	548	-	-	Empréstimos e financiamentos	17	45.409	47.871	45.409	47.871
Impostos a recuperar	10	3.745	3.600	3.743	3.598	Passivo de arrendamentos	15	50.800	51.283	554	684
Depósitos judiciais	21	6.566	6.491	545	507	Impostos e contribuições a recolher	19	124	138	-	-
Ativo fiscal diferido	11	23.171	17.984	-	-	Dividendos a pagar	23	30.156	29.288	30.156	29.288
						Provisão para perda em investimentos	12	-	-	1.872	681
Total do realizável a longo prazo		34.010	28.623	4.288	4.105	Passivo fiscal diferido	11	40.086	42.692	40.086	42.692
Investimentos	12	142	142	543.698	529.001	Provisão para riscos	21	3.633	4.318	-	-
Imobilizado	13	410.115	412.235	305.116	303.615	Outras contas a pagar		2.185	2.335	2.100	2.250
Intangível	14	105.173	103.318	11.142	9.200						
						Total do passivo não circulante		172.393	177.925	120.177	123.466
		515.430	515.695	859.956	841.816	Total do passivo		367.478	396.092	247.304	269.574
Total do ativo não circulante		549.440	544.318	864.244	845.921	Patrimônio líquido	23				
						Capital social		1.157.453	1.157.453	1.157.453	1.157.453
						Ajuste de avaliação patrimonial		111.705	112.799	111.705	112.799
						Reserva legal		8.850	8.850	8.850	8.850
						Reserva para investimento		107.142	107.142	107.142	107.142
						Lucros acumulados		37.990	-	37.990	-
						Total do patrimônio líquido		1.423.140	1.386.244	1.423.140	1.386.244
Total do ativo		1.790.618	1.782.336	1.670.444	1.655.818	Total do passivo e patrimônio líquido		1.790.618	1.782.336	1.670.444	1.655.818

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações de resultados

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Receita operacional líquida	24	327.735	332.113	220.454	265.342
Custos dos produtos vendidos	25	<u>(236.670)</u>	<u>(226.395)</u>	<u>(158.465)</u>	<u>(186.577)</u>
Lucro bruto		<u>91.065</u>	<u>105.718</u>	<u>61.989</u>	<u>78.765</u>
Outras receitas (despesas) operacionais					
Vendas	26	(49.514)	(55.847)	(29.403)	(34.861)
Administrativas e gerais	27	(23.827)	(23.660)	(17.135)	(17.383)
Perdas esperadas com créditos	7	(2.770)	(2.317)	(1.499)	(1.114)
Outras receitas operacionais	28	12.180	13.538	3.479	13.396
Outras despesas operacionais	28	<u>(4.956)</u>	<u>(10.144)</u>	<u>(1.674)</u>	<u>(8.298)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial e impostos		<u>22.178</u>	<u>27.288</u>	<u>15.757</u>	<u>30.505</u>
Receitas financeiras	29	13.735	10.074	9.355	7.938
Despesas financeiras	29	<u>(6.667)</u>	<u>(7.019)</u>	<u>(4.328)</u>	<u>(4.465)</u>
Financeiras líquidas		<u>7.068</u>	<u>3.055</u>	<u>5.027</u>	<u>3.473</u>
Participação nos lucros de empresas investidas por equivalência patrimonial, líquido de impostos	12	-	-	13.568	(2.948)
Resultado antes dos impostos		<u>29.246</u>	<u>30.343</u>	<u>34.352</u>	<u>31.030</u>
Imposto de renda e contribuição social:					
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	(81)	(9.385)	-	(8.584)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	11	<u>7.793</u>	<u>2.076</u>	<u>2.606</u>	<u>588</u>
Lucro líquido do período		<u><u>36.958</u></u>	<u><u>23.034</u></u>	<u><u>36.958</u></u>	<u><u>23.034</u></u>
Resultado por ação	23	0,1870	0,1166	0,1870	0,1166

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Consolidado / Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Lucro líquido do período	36.958	23.034
Outros resultados abrangentes		
Ganho (Perda) com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	672
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	(62)	(5)
Resultado abrangente total	<u>36.896</u>	<u>23.701</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas		Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos controladores
			Reserva legal	Reserva para investimento		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.035.544	102.833	8.700	137.591	-	1.284.668
Realização do custo atribuído	-	(137)	-	-	137	-
Outros resultados abrangentes						
Ganho com <i>hedge</i> de fluxo de caixa	-	672	-	-	-	672
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	(5)	-	-	-	(5)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	23.034	23.034
Saldos em 31 de março de 2025	1.035.544	103.363	8.700	137.591	23.171	1.308.369
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.157.453	112.799	8.850	107.142	-	1.386.244
Realização do custo atribuído líquido dos efeitos tributários	-	(164)	-	-	164	-
Outros resultados abrangentes						
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	(62)	-	-	-	(62)
Ajuste a valor presente - dividendos a pagar	-	(868)	-	-	868	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	36.958	36.958
Saldos em 31 de março de 2026	1.157.453	111.705	8.850	107.142	37.990	1.423.140

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		36.958	23.034	36.958	23.034
Ajustes para:					
Depreciação e amortização		14.020	13.297	9.856	9.669
Provisões para riscos		(685)	(11.876)	-	(12.851)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	11	(7.712)	7.309	(2.606)	7.996
Variação monetária, cambial e juros		1.798	2.118	1.199	1.435
Provisão para perdas estimadas de liquidação duvidosa	7	2.770	2.317	1.499	1.114
Provisão para perdas de estoques		837	7.950	138	6.808
Custo do ativo imobilizado e intangível baixado	13 e 14	3.025	259	296	55
Equivalência patrimonial	12	-	-	(13.568)	2.948
		51.011	44.408	33.772	40.208
Variações em:					
Contas a receber de clientes		29.194	24.926	18.402	(6.483)
Estoques		(47.120)	(94.084)	(24.289)	(46.322)
Adiantamento a fornecedores		10.219	2.291	5.735	5.983
Impostos a recuperar		10.529	18.494	6.716	7.486
Outras contas a receber		2.825	(2.030)	2.153	7.000
Depósitos judiciais		(75)	(911)	(38)	(37)
Fornecedores		3.408	53.311	11.034	24.996
Salários e férias a pagar		531	6.606	(1.377)	3.288
Impostos e contribuições a recolher		2.617	(4.514)	997	(6.203)
Outras contas a pagar		(5.682)	(11.195)	(5.312)	1.363
Caixa gerado pelas atividades operacionais		57.457	37.302	47.793	31.279
Imposto de renda e contribuição social pagos		(315)	(8.021)	-	(6.810)
Juros pagos - arrendamentos		(788)	(1.904)	(93)	(1.236)
Juros pagos - empréstimos		(2.184)	(1.690)	(2.184)	(1.690)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		54.170	25.687	45.516	21.543
Fluxos de caixa das atividades de investimentos					
Aquisição de imobilizado	13	(12.668)	(14.153)	(11.526)	(11.522)
Aquisição de intangível	14	(2.338)	(1.836)	(2.338)	(1.811)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(15.006)	(15.989)	(13.864)	(13.333)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos					
Pagamento de principal de arrendamento	15	(6.793)	(6.348)	(4.621)	(4.346)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	23	(18.500)	(17.631)	(18.500)	(17.631)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos		(25.293)	(23.979)	(23.121)	(21.977)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalente de caixa		13.871	(14.281)	8.531	(13.767)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		316.071	306.611	243.526	263.875
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		329.942	292.330	252.057	250.108
		13.871	(14.281)	8.531	(13.767)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Lupo S.A.

Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA)

Períodos de três meses findos em 31 de março de 2026 e 2025

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Receitas	400.133	405.210	263.876	329.681
Vendas de mercadoria, produtos e serviços	390.723	393.974	261.896	317.399
Reversão (Perdas) esperadas com créditos	(2.770)	(2.317)	(1.499)	(1.114)
Outras receitas	12.180	13.553	3.479	13.396
Insumos adquiridos de terceiros	(207.992)	(179.746)	(142.450)	(160.566)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	(143.999)	(101.633)	(107.592)	(107.968)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(66.154)	(79.714)	(37.019)	(52.598)
Perda / Recuperação de valores ativos	2.161	1.601	2.161	-
Valor adicionado bruto	192.141	225.464	121.426	169.115
Retenções				
Depreciação e amortização	(14.020)	(13.337)	(9.856)	(9.709)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	178.121	212.127	111.570	159.406
Valor adicionado recebido em transferência	13.735	10.074	22.923	4.990
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	13.568	(2.948)
Receitas financeiras	13.735	10.074	9.355	7.938
Valor adicionado total a distribuir	191.856	222.201	134.493	164.396
Distribuição do valor adicionado	191.856	222.201	134.493	164.396
Pessoal	119.514	120.857	72.361	75.911
Remuneração direta	92.704	92.569	55.685	58.590
Benefícios	19.835	21.028	11.954	12.728
FGTS	6.975	7.260	4.722	4.593
Impostos, taxas e contribuições	28.538	70.243	20.994	60.546
Federais	12.980	41.985	13.008	37.687
Estaduais	15.302	28.052	7.892	22.777
Municipais	256	206	94	82
Remuneração de Capitais de Terceiros	6.846	8.067	4.180	4.905
Juros	3.795	3.010	2.283	1.750
Aluguéis	1.610	1.369	995	581
Outras	1.441	3.688	902	2.574
Remuneração de Capitais Próprios	36.958	23.034	36.958	23.034
Lucro retido no período	36.958	23.034	36.958	23.034

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicada)

1 Contexto operacional

A Lupo S.A. (“Companhia”) é uma entidade privada domiciliada no Brasil. O endereço do escritório da Companhia é na rodovia Washington Luís, km 276,5, localizado no bairro Recreio Campestre Idanorma, na cidade de Araraquara, São Paulo. As demonstrações financeiras individuais compreendem a Companhia (Controladora), e as demonstrações financeiras consolidadas compreendem a Companhia e suas controladas (designados conjuntamente como “Companhia e suas controladas” e/ou “Grupo”). A Companhia e suas controladas têm por objeto a industrialização e comércio de meias, malharias e confecções têxteis em geral conforme descrito para cada uma das subsidiárias na Nota Explicativa nº 2.

Com participação acionária pulverizada, a Companhia não possui controlador final. O controle da Companhia ocorre mediante o exercício de direitos previstos em acordo assinado por acionistas representando 74,42% das ações.

2 Controladas da Companhia

As demonstrações financeiras abrangem a Companhia e suas controladas diretas e indiretas em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, conforme segue:

	<u>Participação acionária</u>	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Controladas diretas		
Scalina Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA.	100,00%	100,00%
Leporis S.A.	99,00%	99,00%
Controladas indiretas		
Lupo Nordeste Ltda.	100,00%	100,00%
Lupo Lojas Ltda.	100,00%	100,00%

Scalina Ltda.

Adquirida em novembro de 2016, a sede social da controlada está localizada na Rodovia Washington Luiz, KM 276,5, SP. A Scalina Ltda. tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo Têxtil, Unipessoal LDA. (anteriormente denominada VESTLUPO PORTUGAL, UNIPESSOAL LDA.)

Criada em julho de 2024, a sede da Lupo Têxtil Unipessoal LDA., está localizada na Praceta Henrique Moreira 244, Vila Nova de Gaia, Distrito do Porto, em Portugal. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral, incluindo exportação e importação desses.

Conforme ato societário realizado em maio de 2025, a Companhia alterou sua razão social de Vestlupo Portugal, Unipessoal LDA para Lupo Têxtil, Unipessoal LDA.

Leporis S.A.

Adquirida em janeiro de 2025, a sede social da Leporis S.A. está localizada na Ruta Internacional Py 02 KM 13, Acaray, Cidade del Este, no Paraguai. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e confecção de produtos de vestuário, exceto vestuário de couro e pele.

Lupo Nordeste Ltda.

Criada em 27 de junho de 1997, a sede social da Lupo Nordeste Ltda. está localizada na Avenida Ibicaraí, 4.530, Itabuna, BA. A controlada tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem, malharia e confecção de produtos têxteis em geral, bem como a exploração do comércio varejista de confecção.

Lupo Lojas Ltda.

Criada em 12 de março de 2010, a sede social da controlada está localizada na Rua Gonçalves Dias, 543, Araraquara, SP. A controlada tem como atividade preponderante o comércio de artigos de vestuário e seus acessórios em geral.

3 Base de preparação e declaração de conformidade

a. Declaração de conformidade com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais da Companhia para o período findo em 31 de março de 2026 foram elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) (Demonstração Intermediária) e de acordo com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma consistente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à preparação das Informações Trimestrais - ITR.

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, estas informações contábeis intermediárias devem ser lidas, em conjunto, com as referidas demonstrações financeiras anuais, aprovadas pela Administração da Companhia em 20 de março de 2026.

Não houve mudanças em tais políticas e metodologias de cálculo de estimativas. Conforme permitido pelo CPC 21 (R1), a Administração optou por não divulgar novamente os detalhes das políticas contábeis adotadas pela Companhia. Desta forma, as informações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a fim de permitir aos usuários um melhor entendimento das condições financeiras e de liquidez da Companhia, bem como sua capacidade de geração de lucros e fluxos de caixa.

A Companhia elaborou Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”) de acordo com as normas do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras em BRGAAP aplicáveis às companhias abertas, enquanto no IFRS representam informações financeiras complementares em formação.

A emissão destas informações contábeis intermediárias consolidadas e individuais foi autorizado pela Administração da Companhia em XX de maio de 2026. Todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A Companhia declara que não houve alterações significativas nas estimativas e nos julgamentos contábeis críticos desde a data de emissão das demonstrações financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Caixa	166	163	14	11
Saldo bancário	41.630	43.589	40.268	42.457
Aplicação financeira	288.146	272.319	211.775	201.058
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração dos fluxos de caixa	<u>329.942</u>	<u>316.071</u>	<u>252.057</u>	<u>243.526</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações são remuneradas por taxas variáveis de 99% a 105% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, tendo como contraparte bancos de primeira linha para minimizar o risco de crédito, política adotada pela Companhia no gerenciamento desses ativos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

Nota	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Contas a receber - no país	323.200	361.122	187.125	200.753
Contas a receber - no exterior	17.910	13.456	15.571	11.033
Contas a receber - partes relacionadas	20 14.923	13.110	39.999	51.772
Menos:				
Provisão para redução do valor recuperável	(16.215)	(13.445)	(7.664)	(6.165)
	<u>339.818</u>	<u>374.243</u>	<u>235.031</u>	<u>257.393</u>
Ativo circulante	339.290	373.695	235.031	257.393
Ativo não circulante	528	548	-	-

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de crédito relacionados a contas a receber de clientes e outros créditos é divulgada na Nota Explicativa nº 22.

As mudanças na provisão para perda de crédito esperada durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Saldo inicial	(13.445)	(5.263)	(6.165)	(2.523)
Reconhecimento de perda esperada	(2.770)	(8.299)	(1.499)	(3.751)
Baixa de perda esperada	-	117	-	109
	<u>(16.215)</u>	<u>(13.445)</u>	<u>(7.664)</u>	<u>(6.165)</u>

A composição das contas a receber de clientes e provenientes de acordos comerciais por idade de vencimento é divulgada na Nota Explicativa nº 22.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Produtos acabados	250.921	207.770	125.780	104.209
Produtos em elaboração	20.886	27.244	12.832	15.001
Matérias primas e materiais de consumo	181.327	172.183	84.387	79.985
	<u>453.134</u>	<u>407.197</u>	<u>222.999</u>	<u>199.195</u>

Os estoques foram reduzidos ao valor realizável líquido no montante de R\$ 14.139 (R\$ 13.302 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado, sendo R\$ 9.613 de matérias primas e R\$ 4.526 de produtos acabados (R\$ 8.543 e R\$ 4.759 respectivamente em 2025), e R\$ 6.397 (R\$ 6.259 em 31 de dezembro de 2025) na controladora, sendo R\$ 4.192 de matérias primas e R\$ 2.205 de produtos acabados (R\$ 3.454 e R\$ 2.805 respectivamente em 2025) reconhecidos como custo. Na determinação do valor realizável líquido dos estoques, a Companhia considerou uma perda por obsolescência para itens de estoque sem movimentação há mais de treze meses.

As mudanças na provisão para perdas de estoque durante o período estão apresentadas na tabela a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Saldo inicial	(13.302)	(12.072)	(6.259)	(5.140)
Reversão/Complemento	(837)	(1.230)	(138)	(1.119)
	(14.139)	(13.302)	(6.397)	(6.259)

9 Adiantamento a fornecedores

		Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Adiantamento a fornecedores - No país		2.893	9.170	2.299	4.325
Adiantamento a fornecedores - No exterior		14.577	18.519	7.816	11.525
Adiantamento a fornecedores - No exterior - Coligada	20	-	-	1.616	1.616
		17.470	27.689	11.731	17.466

A Companhia e suas controladas, no fluxo normal de suas transações, adquirem contratos para aquisição de produtos e prestação de serviços. Em 2026, a Companhia e suas controladas realizaram adiantamentos pontuais para garantir algumas condições comerciais. Todas estas transações foram com terceiros não havendo transações com partes relacionadas.

10 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	10.046	17.044	9.561	15.279
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	1.734	2.220	1.073	1.167
Programa de Integração Social (PIS) (a)	5.882	6.660	3.460	3.873
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) (a)	24.145	27.470	16.068	17.961
Outros	2.500	1.587	1.257	-
	<u>44.307</u>	<u>54.981</u>	<u>31.419</u>	<u>38.280</u>
Não Circulante				
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) (b)	3.745	3.600	3.743	3.598
	<u>3.745</u>	<u>3.600</u>	<u>3.743</u>	<u>3.598</u>

- (a) Em 31 de março de 2026, o saldo é composto basicamente: i) montante remanescente, após atualizações e compensações, de PIS e COFINS, da controlada Lupo Nordeste Ltda., gerado pela exclusão do ICMS de sua base de cálculo, no valor de R\$ 8.673 (R\$ 12.274 em 31 de dezembro de 2025); ii) montante remanescente, após atualizações e compensações, de créditos de PIS e COFINS, sobre as despesas pagas com direitos autorais e royalties no valor de R\$ 16.661 (R\$ 21.091 em 31 de dezembro de 2025).
- (b) Refere-se a compra de créditos de ICMS já fiscalizados e liberados pela SEFAZ no e-CredAc, através do programa da Secretaria da Fazenda e Planejamento de São Paulo (SEFAZ-SP) – ProAtivo, realizado pela controladora.

11 Imposto de renda e contribuição social

(i) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Decorrente de saldo credor de imposto de renda e contribuição social a recuperar em exercícios seguintes.

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Contribuição social a recuperar	11.591	11.059	8.995	8.574
Imposto de renda a recuperar	31.478	30.535	24.085	23.427
	<u>43.069</u>	<u>41.594</u>	<u>33.080</u>	<u>32.001</u>

(ii) Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados substancialmente para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis: (i) às diferenças temporárias, entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis em regime de competência; e (ii) aos efeitos gerados pela depreciação por diferenças de taxas, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Ativos				
Provisão para perda dos estoques	6.335	4.415	2.826	2.863
Provisão para perdas de créditos esperadas	5.513	4.572	2.606	2.096
Provisões para demandas judiciais	1.576	1.865	368	368
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	6	6	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	32.595	10.762	17.834	7.246
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	10.495	-	-
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	1.521	1.385	-	-
Total do Ativo	58.145	33.500	23.744	12.579
Passivos				
Provisão sobre o custo atribuído	(639)	(725)	(639)	(725)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(48.657)	(47.562)	(48.657)	(47.562)
Mais valia aquisição investimentos	(462)	(607)	(462)	(595)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	(622)	(388)	(622)	(388)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(24.680)	(8.926)	(13.450)	(6.001)
Total do Passivo	(75.060)	(58.208)	(63.830)	(55.271)
Impostos diferidos líquido	(16.915)	(24.708)	(40.086)	(42.692)
Total apresentado no ativo não circulante	23.171	17.984	-	-
Total apresentado no passivo não circulante	40.086	42.692	40.086	42.692

(iii) Movimentação de ativos e passivos fiscais diferidos durante o período

					Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	Reconhecidos no resultado do período	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	Reconhecidos no resultado do período	31 de março de 2026
Ativos						
Provisão para perda dos estoques	4.105	2.703	6.808	4.415	1.920	6.335
Provisão para perdas de créditos esperadas	1.789	788	2.577	4.572	941	5.513
Provisões para demandas judiciais	7.298	(5.016)	2.282	1.865	(289)	1.576
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6	6	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	4.615	26.137	30.752	10.762	21.833	32.595
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	10.495	(395)	10.100	10.495	-	10.495
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	-	-	1.385	136	1.521
Provisão para descontos concedidos	-	196	196	-	-	-
Mais valia aquisição de investimentos	522	(131)	391	-	-	-
Total do Ativo	28.830	24.282	53.112	33.500	24.645	58.145
Passivos						
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	71	(905)	(725)	86	(639)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(1.089)	(43.839)	(47.562)	(1.095)	(48.657)
Provisão sobre crédito de PIS/Cofins	(4.847)	940	(3.907)	-	-	-
Mais valia aquisição investimentos	(1.334)	180	(1.154)	(607)	145	(462)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	-	-	(388)	(234)	(622)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(2.300)	(22.308)	(24.608)	(8.926)	(15.754)	(24.680)
Total do Passivo	(52.207)	(22.206)	(74.413)	(58.208)	(16.852)	(75.060)
Impostos diferidos líquido	(23.377)	2.076	(21.301)	(24.708)	7.793	(16.915)

	Controladora					
	31 de dezembro de 2024	Reconhecidos no resultado do exercício	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2025	Reconhecidos no resultado do exercício	31 de março de 2026
Ativos						
Provisão para perda dos estoques	1.748	2.315	4.063	2.863	(37)	2.826
Provisão para perdas de créditos esperadas	858	378	1.236	2.096	510	2.606
Provisões para demandas judiciais	4.369	(4.369)	-	368	-	368
Provisão desvalorização empréstimos compulsório	6	-	6	6	-	6
Vendas em trânsito - Reversão receita	6.155	13.935	20.090	7.246	10.588	17.834
Provisão para descontos concedidos	-	196	196	-	104	104
Total do Ativo	13.136	12.455	25.591	12.579	11.165	23.744
Passivos						
Provisão sobre o custo atribuído	(976)	71	(905)	(725)	86	(639)
Provisão de depreciação por diferença de taxas	(42.750)	(1.089)	(43.839)	(47.562)	(1.095)	(48.657)
Mais valia aquisição investimentos	(1.188)	147	(1.041)	(595)	133	(462)
CPC 06 (R2) - Arrendamentos operacionais	-	-	-	(388)	(234)	(622)
Vendas em trânsito - Reversão Custos e Tributos	(4.578)	(10.996)	(15.574)	(6.001)	(7.449)	(13.450)
Total do Passivo	(49.492)	(11.867)	(61.359)	(55.271)	(8.559)	(63.830)
Impostos diferidos líquido	(36.356)	588	(35.768)	(42.692)	2.606	(40.086)

A Administração da Companhia e suas controladas reconhecem o imposto de renda diferido com base nas seguintes premissas:

- 100% impostos diferidos ativos e passivos sobre diferenças temporárias;
- Em situações em que perdas recentes indicam que um lucro tributável futuro é incerto, os impostos diferidos ativos não são reconhecidos sobre as diferenças temporárias dedutíveis em excesso aos impostos diferidos passivos registrados sobre as diferenças temporárias tributáveis, e também não é reconhecido nenhum ativo sobre prejuízos fiscais acumulados não utilizados.

Em 31 de março de 2026 a Companhia e suas controladas apresentam a seguinte expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos:

		Consolidado		
		Ativo diferido	Passivo diferido	Total dos impostos diferidos
2026		46.508	(25.642)	20.866
2027		794	(112)	682
2028		1.278	(9)	1.269
2029		1.363	-	1.363
2030		1.926	-	1.926
Após 2030	(a)	6.275	(49.296)	(43.021)
		58.145	(75.060)	(16.915)

- (a) Referem-se basicamente aos impostos diferidos passivos constituídos sobre os efeitos dos registros do direito de uso, depreciação societária x depreciação fiscal e realização do custo atribuído, as quais são realizadas mediante depreciação e/ou baixa do ativo.

(iv) Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

A reconciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e das despesas com imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Lupo S.A.
Informações contábeis intermediárias
consolidadas e individuais em
31 de março de 2026

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	29.246	30.343	34.352	31.030
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	(9.944)	(10.317)	(11.680)	(10.550)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	4.613	(1.002)
Adições/exclusões permanentes:				
Crédito outorgado e redução da base de cálculo do ICMS (a)	33.387	-	20.603	-
Inovação tecnológica (b)	-	3.060	-	3.060
Utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa	29	(35)	-	-
Prejuízos fiscais e base de cálculo negativa não reconhecidos	(16.803)	-	(11.375)	-
Benefício fiscal - Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)	1	280	-	260
Reconhecimento/realização de IR/CS diferidos sobre mais valia de ativos adquiridos	145	49	133	147
Amortização ágio	643	643	-	-
Outras adições e exclusões	254	(989)	312	89
	7.712	(7.309)	2.606	(7.996)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(81)	(9.385)	-	(8.584)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.793	2.076	2.606	588
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do período	7.712	(7.309)	2.606	(7.996)
<i>Alíquota efetiva</i>	-26,37%	24,09%	-7,59%	25,77%

- (a) Refere-se ao benefício fiscal do crédito outorgado/presumido de ICMS tratado como subvenção governamental, excluído da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, com base na legislação atual e entendimento firmado no EREsp nº 1.517.492, reafirmado no acórdão proferido pelo STJ no tema nº 1.182, além da sentença proferida no Mandado de Segurança nº 5001698-21.2024.4.03.6102.

Incerteza sobre tratamentos tributários – IRPJ e CSLL – Lupo S/A

A Companhia Lupo S/A usufrui de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado de São Paulo na forma de créditos outorgados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”). Até o exercício de 2023, os valores correspondentes a esses incentivos eram excluídos das bases de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), com fundamento no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, na Lei Complementar nº 160/2017, no entendimento jurisprudencial então aplicável às subvenções governamentais e em tutela judicial favorável obtida em ação judicial. Em decorrência da revogação do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 pela Medida Provisória nº 1.185/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.789/2023, houve alteração relevante no tratamento tributário das subvenções governamentais, passando a existir incerteza quanto à aceitação, pelas autoridades fiscais, da exclusão dos incentivos de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Diante desse cenário, a Sociedade impetrou mandado de segurança com o objetivo de afastar a inclusão dos referidos incentivos na apuração do IRPJ e da CSLL, em março de 2024. Em julho de 2024, foi proferida sentença favorável ao pleito da Sociedade, reconhecendo o direito à exclusão desses valores das bases de cálculo dos referidos tributos. A referida decisão não teve o transitado em julgado até a data-base das demonstrações financeiras.

Incerteza sobre tratamentos tributários – IRPJ e CSLL – Lupo Nordeste Ltda.

A controlada Lupo Nordeste Ltda. usufrui de incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo Estado da Bahia no âmbito do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia - PROBÁHIA. Até o exercício de 2023, os valores correspondentes a esses incentivos eram excluídos das bases de cálculo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”), com fundamento no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, na Lei Complementar nº 160/2017, no entendimento jurisprudencial então aplicável às subvenções governamentais e em tutela judicial favorável obtida em ação judicial. Em decorrência da revogação do artigo 30 da Lei nº 12.973/2014 pela Medida Provisória nº 1.185/2023, posteriormente convertida na Lei nº 14.789/2023, houve alteração relevante no tratamento tributário das subvenções governamentais, passando a existir incerteza quanto à aceitação, pelas autoridades fiscais, da exclusão dos incentivos de ICMS das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL. Diante desse cenário, a Sociedade impetrou mandado de segurança com o objetivo de afastar a inclusão dos referidos incentivos na apuração do IRPJ e da CSLL, em março de 2024. Em junho de 2025, foi determinado o sobrestamento do feito em razão do tema nº 843 de repercussão geral do Supremo Tribunal Federal.

Para ambos os processos, a Administração realizou a análise detalhada à luz do arcabouço contábil vigente, sendo os principais pronunciamentos analisados: (i) ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro; (ii) CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e (iii) CPC 32 – Tributos sobre o lucro. As análises levaram em consideração a opinião da Administração e dos especialistas tributários. Após diversas análises e discussões, conclui-se que, o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro e CPC 32 seriam os pronunciamentos mais aplicáveis a essas situações em específico, pois a matéria trata especificamente de IRPJ e CSLL, ou seja, tributos sobre o lucro.

Tal pronunciamento requer que a Administração avalie se é “mais provável do que não” que o tratamento fiscal adotado será aceito pelas autoridades tributárias. Considerando-se o entendimento do Superior Tribunal de Justiça após a vigência da Lei nº 14.789/2023, a Administração concluiu que é, mais provável sim do que não, que a Companhia e sua controlada possuem o direito de efetuar a exclusão dos créditos outorgados e presumidos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) das bases de cálculo do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) na data de aprovação e emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e esta conclusão está de acordo com a opinião dos assessores jurídicos da Sociedade.

- (b) A partir do ano-calendário de 2006, a pessoa jurídica pode excluir do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, o valor correspondente a até 60% (sessenta por cento) da soma dos dispêndios realizados no período de apuração com pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica, classificáveis como despesa pela legislação do IRPJ, na forma do inciso I do *caput* do art. 17 desta Lei nº 11.196/05. Em 30 de setembro de 2015, a Medida Provisória nº 694 prevê a suspensão, no ano-calendário de 2016, dos benefícios fiscais concedidos pela Lei nº 11.196/05 às atividades de pesquisa e desenvolvimento.

(v) Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social

As controladas possuem prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social não reconhecidos, sem limite prescricional, conforme detalhado a seguir:

	Consolidado	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Scalina Ltda	223.150	223.119
Lupo Nordeste Ltda	106.042	106.042
Lupo Lojas Ltda	11.854	11.937
	341.046	341.098

A Companhia reconhece o ativo fiscal diferido de acordo com a expectativa de sua realização, através de projeções de lucros futuros. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 está reconhecido, no controlada Lupo Nordeste Ltda, o montante de R\$ 10.495, constituído sobre a base de R\$ 30.868.

12 Investimentos

a. Composição dos saldos

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Outros investimentos	142	142	142	142
Participação em empresas controladas	-	-	541.684	528.178
	142	142	541.826	528.320
Ativo Não Circulante - Investimento	142	142	543.698	529.001
Passivo Não Circulante - Provisão para perda em investimentos	-	-	(1.872)	(681)

b. Movimentação dos saldos – Controlada

	Scalina Ltda. Consolidada		Lupo Têxtil Unipessoal LDA		Leporis SA		
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	
Ações/quotas possuídas	512.339.874	512.339.874	1	1	99	99	
Percentual de participação	100%	100%	100%	100%	99%	99%	
Balanço							
Capital social	581.973	581.973	59	59	39	39	
Ativo	650.454	651.725	772	792	9.046	7.585	
Passivo	159.875	175.845	1.507	1.412	10.182	7.646	
Patrimônio líquido	490.579	475.880	(735)	(620)	(1.136)	(61)	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025	
Resultado							
Receita Líquida	125.484	170.364	65	43	2.152	-	
Despesas e custos	(115.915)	(173.886)	(228)	(156)	(3.096)	-	
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	5.128	687	-	-	(22)	-	
Resultado do exercício	14.697	(2.835)	(163)	(113)	(966)	-	Total
Valor contábil do investimento no início do período	528.859	500.543	(620)	7	(61)	-	528.178
Resultado da equivalência patrimonial	14.697	(2.835)	(163)	(113)	(966)	-	13.568
Investimento no final do período	543.556	497.708	(783)	(106)	(1.027)	-	541.746
Ajuste acumulado de conversão (CTA)	-	-	47	(5)	(109)	-	(62)
Valor contábil do investimento no final do período	543.556	497.708	(736)	(111)	(1.136)	-	541.684

13 Imobilizado

Consolidado

	Terrenos	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Edifícios	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:											
Saldo em 31 de dezembro de 2024	69	468.540	15.929	2.117	12.902	103.628	18.012	26.669	2.854	159.615	810.335
Adições	-	7.398	684	3	94	-	925	-	5.049	1.494	15.647
Transferência - Mais Valia	-	384	-	-	-	-	-	-	-	-	384
Alienações	-	(3.662)	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.662)
Transferências	-	1.071	-	-	-	-	(1.071)	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2025	69	473.731	16.613	2.120	12.996	103.628	17.866	26.669	7.903	161.109	822.704
Saldo em 31 de dezembro de 2025	69	513.660	16.943	2.120	13.312	110.615	5.337	26.669	15	165.180	853.920
Adições	-	8.283	189	-	137	49	2.711	-	1.299	2.837	15.505
Alienações	-	(12.030)	(7)	-	-	-	-	-	-	(1.409)	(13.446)
Transferências	-	1.314	-	-	-	-	-	-	(1.314)	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	69	511.227	17.125	2.120	13.449	110.664	8.048	26.669	-	166.608	855.979
Depreciação:											
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(268.699)	(10.424)	(1.843)	(9.914)	(17.930)	-	(19.921)	-	(71.239)	(399.970)
Depreciação do período	-	(4.268)	(220)	(22)	(275)	(376)	-	(266)	-	(6.445)	(11.872)
Amortização Mais Valia	-	(819)	-	-	-	-	-	-	-	-	(819)
Alienações	-	3.607	-	-	-	-	-	-	-	-	3.607
Saldo em 31 de março de 2025	-	(270.179)	(10.644)	(1.865)	(10.189)	(18.306)	-	(20.187)	-	(77.684)	(409.054)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	(279.863)	(11.338)	(1.928)	(11.002)	(19.687)	-	(20.988)	-	(96.879)	(441.685)
Depreciação do período	-	(6.294)	(228)	(17)	(263)	(476)	-	(266)	-	(6.793)	(14.337)
Amortização Mais Valia	-	1.146	-	-	-	-	-	-	-	-	1.146
Alienações	-	7.956	1	-	-	-	-	-	-	1.055	9.012
Saldo em 31 de março de 2026	-	(277.055)	(11.565)	(1.945)	(11.265)	(20.163)	-	(21.254)	-	(102.617)	(445.864)
Valor líquido contábil:											
Saldo residual em 31/12/2025	69	233.797	5.605	192	2.310	90.928	5.337	5.681	15	68.301	412.235
Saldo residual em 31/03/2026	69	234.172	5.560	175	2.184	90.501	8.048	5.415	-	63.991	410.115
Taxas anuais de depreciação	-	8,33%	10,00%	16,67%	20,00%	2,94%	-	4,00%	-	-	-

	Controladora								
	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Veículos	Computadores e Periféricos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens em construção	Adiantamento a fornecedor	Direito de Uso (IFRS16)	Total
Custo e custo atribuído:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	321.816	9.696	868	8.662	103.629	16.055	2.854	88.799	552.379
Adições	5.597	500	3	53	-	778	4.591	2	11.524
Alienações	(3.662)	-	-	-	-	-	-	-	(3.662)
Saldo em 31 de março de 2025	323.751	10.196	871	8.715	103.629	16.833	7.445	88.801	560.241
Saldo em 31 de dezembro de 2025	358.634	10.308	871	8.953	110.604	3.791	15	90.196	583.372
Adições	7.221	179	-	131	49	2.647	1.299	439	11.965
Alienações	(8.266)	-	-	-	-	-	-	(1.055)	(9.321)
Transferências	1.314	-	-	-	-	-	(1.314)	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	358.903	10.487	871	9.084	110.653	6.438	-	89.580	586.016
Depreciação:									
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(163.862)	(6.713)	(712)	(6.298)	(16.358)	-	-	(58.496)	(252.439)
Depreciação do exercício	(2.706)	(131)	(11)	(246)	(376)	-	-	(4.346)	(7.816)
Amortização Mais Valia	(435)	-	-	-	-	-	-	-	(435)
Alienações	3.607	-	-	-	-	-	-	-	3.607
Saldo em 31 de março de 2025	(163.396)	(6.844)	(723)	(6.544)	(16.734)	-	-	(62.842)	(257.083)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(170.432)	(7.250)	(755)	(7.261)	(18.115)	-	-	(75.944)	(279.757)
Depreciação do exercício	(3.254)	(136)	(6)	(230)	(476)	-	-	(4.621)	(8.723)
Amortização Mais Valia	(390)	-	-	-	-	-	-	-	(390)
Alienações	6.915	-	-	-	-	-	-	1.055	7.970
Saldo em 31 de março de 2026	(167.161)	(7.386)	(761)	(7.491)	(18.591)	-	-	(79.510)	(280.900)
Valor líquido contábil:									
Saldo residual em 31/12/2025	188.202	3.058	116	1.692	92.489	3.791	15	14.252	303.615
Saldo residual em 31/03/2026	191.742	3.101	110	1.593	92.062	6.438	-	10.070	305.116
Taxas anuais de depreciação	8,33%	10,00%	16,67%	20,00%	2,94%	-	-		

Garantia

Em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, não havia propriedades sujeitas a fiança registrada para garantir empréstimos bancários.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Para o período findo em 31 de março de 2026 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

14 Intangível

					Consolidado
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Ágio na aquisição de controlada	Sistemas de informática em andamento	Total
Custo:					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	44.811	3.165	91.085	-	139.061
Adições	1.811	25	-	-	1.836
Baixas	-	(204)	-	-	(204)
Saldo em 31 de março de 2025	46.622	2.986	91.085	-	140.693
Saldo em 31 de dezembro de 2025	48.487	3.243	91.085	5.362	148.177
Adições	-	-	-	2.338	2.338
Saldo em 31 de março de 2026	48.487	3.243	91.085	7.700	150.515
Amortização:					
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(39.156)	(1.792)	-	-	(40.948)
Amortização	(1.029)	(66)	-	-	(1.095)
Saldo em 31 de março de 2025	(40.185)	(1.858)	-	-	(42.043)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(42.773)	(2.086)	-	-	(44.859)
Amortização	(404)	(79)	-	-	(483)
Saldo em 31 de março de 2026	(43.177)	(2.165)	-	-	(45.342)
Valor líquido contábil:					
Saldo residual em 31/12/2025	5.714	1.157	91.085	5.362	103.318
Saldo residual em 31/03/2026	5.310	1.078	91.085	7.700	105.173
Taxas anuais de amortização	20,00%	5,00%	-	-	

	Controladora			
	Sistemas de informática	Outros bens e direitos	Sistemas de informática em andamento	Total
Custo:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	28.498	1.666	-	30.164
Adições	1.811	-	-	1.811
Saldo em 31 de março de 2025	30.309	1.666	-	31.975
Saldo em 31 de dezembro de 2025	32.150	1.666	5.362	39.178
Adições	-	-	2.338	2.338
Saldo em 31 de março de 2026	32.150	1.666	7.700	41.516
Amortização:				
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(24.746)	(1.638)	-	(26.384)
Amortização	(1.024)	-	-	(1.024)
Saldo em 31 de março de 2025	(25.770)	(1.638)	-	(27.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(28.340)	(1.638)	-	(29.978)
Amortização	(396)	-	-	(396)
Saldo em 31 de março de 2026	(28.736)	(1.638)	-	(30.374)
Valor líquido contábil:				
Saldo residual em 31/12/2025	3.810	28	5.362	9.200
Saldo residual em 31/03/2026	3.414	28	7.700	11.142
Taxas anuais de amortização	20,00%	5,00%	-	

Os ativos intangíveis são demonstrados ao valor de custo deduzidos de amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia e suas controladas.

A amortização desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos intangíveis.

Provisão para impairment

O *goodwill* é avaliado por *impairment* anualmente ou sempre que sejam identificados indícios de que o ativo está com imparidade. Para 31 de dezembro de 2025, o valor recuperável excedeu o valor contábil e nenhuma provisão para redução ao valor recuperável foi necessária.

Não houve atualizações no estudo em março de 2026 em função da ausência indícios de *impairment* nos ativos avaliados.

15 Ativo de direito de uso e passivo de arrendamento

A Companhia aluga veículos e imóveis. Esses arrendamentos duram normalmente 4 anos, com a opção de renovar o arrendamento após esse período. Os pagamentos do arrendamento são ajustados anualmente para refletir os valores de mercado. Alguns arrendamentos preveem pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados nas mudanças no índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Companhia está impedida de celebrar quaisquer contratos de subarrendamento.

As informações sobre os arrendamentos dos quais a Companhia e suas controladas são as arrendatárias são apresentadas a seguir:

a. Ativo de direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo esperado de uso dos ativos.

(i) Composição da movimentação

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2024	Adição	Baixas	Remensuração	31 de dezembro de 2025	Adição	Baixas	31 de março de 2026
Custo:								
Imóveis	158.580	5.508	(22)	2	164.068	2.837	(1.351)	165.554
Veículos	1.035	191	-	-	1.226	-	(58)	1.168
	<u>159.615</u>	<u>5.699</u>	<u>(22)</u>	<u>2</u>	<u>165.294</u>	<u>2.837</u>	<u>(1.409)</u>	<u>166.722</u>
Depreciação:								
Imóveis	(70.598)	(25.419)	-	-	(96.017)	(6.691)	997	(101.711)
Veículos	(641)	(335)	-	-	(976)	(102)	58	(1.020)
	<u>(71.239)</u>	<u>(25.754)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(96.993)</u>	<u>(6.793)</u>	<u>1.055</u>	<u>(102.731)</u>
Saldo Líquido								
Imóveis	87.982				68.051			63.843
Veículos	394				250			148
	<u>88.376</u>				<u>68.301</u>			<u>63.991</u>

	Controladora					
	31 de dezembro de 2024	Adição	Remensuração	31 de dezembro de 2025	Adição	31 de março de 2026
Custo:						
Imóveis	87.764	1.204	2	88.970	439	89.409
Veículos	1.035	191	-	1.226	-	1.226
	<u>88.799</u>	<u>1.395</u>	<u>2</u>	<u>90.196</u>	<u>439</u>	<u>90.635</u>
Depreciação:						
Imóveis	(57.855)	(17.113)	-	(74.968)	(4.519)	(79.487)
Veículos	(641)	(335)	-	(976)	(102)	(1.078)
	<u>(58.496)</u>	<u>(17.448)</u>	<u>-</u>	<u>(75.944)</u>	<u>(4.621)</u>	<u>(80.565)</u>
Saldo Líquido						
Imóveis	29.909			14.002		9.922
Veículos	394			250		148
	<u>30.303</u>			<u>14.252</u>		<u>10.070</u>

Os ativos de direito de uso têm o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 não houve alterações em contratos de arrendamentos vigentes.

b. Passivo de arrendamento

Para os contratos abrangidos pela norma, o valor dos pagamentos futuros de rendas fixas, descontados a uma taxa nominal de endividamento incremental, foi considerado um componente do passivo de locação.

A taxa nominal de endividamento incremental (desconto) utilizada para o cálculo do valor presente dos contratos baseou-se nas cotações efetuadas junto de instituições financeiras para aquisição de ativos em condições semelhantes às dos contratos de arrendamento.

A taxa média obtida no consolidado é de 5,34% a.a. em 31 de março de 2026 (5,34% a.a. em 31 de dezembro de 2025) e na controladora de 5,16% a.a. em 31 de março de 2026 (5,16% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia não possui direito potencial de PIS/Pasep e COFINS recuperável embutido na contraprestação do arrendamento, uma vez que nossas operações estão incluídas no regime cumulativo.

De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, na mensuração e remensuração de seus passivos de arrendamento e ativos de direito de uso, a Companhia utilizou o método de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, de acordo com a vedação imposta pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa proibição pode gerar distorções significativas nas informações a serem prestadas em virtude da atual realidade das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras.

(i) Composição da movimentação

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2025	Adições de Principal	Baixas de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	31 de março de 2026
Imóveis	74.407	2.837	(1.351)	(6.691)	1.044	(836)	-	69.410
Veículos	1.278	-	(58)	(102)	2	48	-	1.168
	75.685	2.837	(1.409)	(6.793)	1.046	(788)	-	70.578
Total apresentado no passivo circulante	24.402							19.778
Total apresentado no passivo não circulante	51.283							50.800
	31 de dezembro de 2024	Adições de Principal	Baixas de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	31 de dezembro de 2025
Imóveis	95.718	5.508	(136)	(25.419)	6.243	(7.509)	2	74.407
Veículos	1.423	191	-	(335)	13	(14)	-	1.278
	97.141	5.699	(136)	(25.754)	6.256	(7.523)	2	75.685
Total apresentado no passivo circulante	26.721							24.402
Total apresentado no passivo não circulante	70.420							51.283

	Controladora							
	31 de dezembro de 2025	Adições de Principal	Baixas de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	31 de março de 2026
Imóveis	16.117	439	(997)	(4.519)	115	(141)	-	11.014
Veículos	1.278	-	(58)	(102)	2	48	-	1.168
	17.395	439	(1.055)	(4.621)	117	(93)	-	12.182
Total apresentado no passivo circulante	16.711							11.628
Total apresentado no passivo não circulante	684							554

	31 de dezembro de 2024	Adições de Principal	Baixas de Principal	Pagamento de Principal	Juros Apropriados	Baixas de Juros	Remensuração	31 de dezembro de 2025
Imóveis	34.761	1.204	-	(17.113)	2.259	(4.996)	2	16.117
Veículos	1.423	191	-	(335)	13	(14)	-	1.278
	36.184	1.395	-	(17.448)	2.272	(5.010)	2	17.395
Total apresentado no passivo circulante	20.010							16.711
Total apresentado no passivo não circulante	16.174							684

(ii) Estimativa de liquidação

	Consolidado		
	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor Presente dos passivos de arrendamento
2026	20.233	(2.709)	17.524
2027	12.024	(3.020)	9.004
2028	11.623	(2.457)	9.166
2029	11.130	(1.874)	9.256
2030	10.434	(1.289)	9.145
2031	10.396	(682)	9.714
2032	6.481	(141)	6.340
2033	429	-	429
Saldo em 31 de março de 2026	82.750	(12.172)	70.578

	Controladora		
	Passivo de Arrendamento	Juros	Valor Presente dos passivos de arrendamento
2026	11.576	(117)	11.459
2027	558	(16)	542
2028	183	(2)	181
Saldo em 31 de março de 2026	12.317	(135)	12.182

16 Fornecedores

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Fornecedores mercado interno		69.072	68.755	35.983	27.428
Fornecedores mercado externo		5.889	2.954	529	527
Fornecedores - Partes Relacionadas	20	261	105	4.673	2.196
		<u>75.222</u>	<u>71.814</u>	<u>41.185</u>	<u>30.151</u>

A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na Nota Explicativa nº 22.

17 Empréstimos e financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos empréstimos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. Para mais informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 22.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Finalidade	Moeda	Indexador	Taxa de juros nominal	Mês/Ano de vencimento	Consolidado e Controladora	
					31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
					Valor contábil	Valor contábil
Capital de giro	US\$	Pós-fixado	70% x CDI a.a.	mar/29	47.887	51.239
Total de passivos com incidência de juros					<u>47.887</u>	<u>51.239</u>
Circulante					2.478	3.368
Não circulante					45.409	47.871

Em 31 de março de 2026, os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos nos seguintes anos:

Ano de vencimento:	Consolidado e Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
2027	15.136	15.957
2028	15.136	15.957
2029	15.136	15.957
	<u>45.409</u>	<u>47.871</u>

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

	Consolidado/Controladora					
	31 de dezembro de 2025	Juros Provisionados	Juros Pagos	Varição Cambial	Baixa de Principal	31 de março de 2026
Capital de giro	51.239	1.293	(2.184)	(2.461)	-	47.887

	Consolidado/Controladora					
	31 de dezembro de 2024	Juros Provisionados	Juros Pagos	Varição Cambial	Baixa de Principal	31 de março de 2025
Capital de giro	66.410	1.514	(1.690)	(3.993)	-	62.241

A Companhia e suas controladas estão sujeitas e vêm cumprindo determinadas cláusulas restritivas não financeiras existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, sendo as mais significativas as apresentadas a seguir:

- cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência do contrato, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o prazo de vigência do contrato;
- não ceder ou transferir os direitos e obrigações decorrentes do contrato;
- manter em dia o pagamento de todas as obrigações de naturezas tributária, trabalhista, previdenciária e outras de caráter social, inclusive as contribuições devidas ao COFINS, FGTS, PIS/PASEP;

18 Salários e férias a pagar

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Salários e Ordenados a Pagar	9.876	9.460	5.962	5.942
Provisão PPR	2.437	4.035	1.957	3.987
Provisão de férias	25.708	23.995	15.202	14.569
	38.021	37.490	23.121	24.498

19 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
ICMS	756	935	-	-
Previdência social a recolher	14.378	10.549	8.329	6.258
FGTS a recolher	3.079	3.328	1.825	1.916
COFINS a recolher	398	196	-	-
IRRF a recolher	624	1.341	430	1.103
PIS a recolher	86	43	-	-
ISS a recolher	55	48	30	27
Parcelamentos - PIS/COFINS	248	310	-	-
Outros	567	802	200	513
	20.191	17.552	10.814	9.817
Passivo circulante	20.067	17.414	10.814	9.817
Passivo não circulante	124	138	-	-

20 Partes relacionadas

	Nota	Consolidado			
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	SalDOS	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	10	-	111	-
Diversos	(iv)	14.913	30.743	12.999	125.787
Total do ativo	10	14.923	30.743	13.110	125.787
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria / Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(77)	(338)	(105)	(970)
Daniela Lupo Stella	(v)	-	(21)	-	(84)
YToara - Engenharia e Comercio Ltda	(vi)	(184)	(818)	-	(496)
19		(261)	(1.177)	(105)	(1.550)
Conselheiros de administração / Diretoria	(vii)	(220)	(1.661)	(441)	(4.647)
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm e Participações Ltda.	(iii)	(35.339)	(6.800)	(41.495)	(6.544)
		(35.820)	(9.638)	(42.041)	(12.741)
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(53.256)	-	(70.888)	-
Total do passivo		(89.076)	(9.638)	(112.929)	(12.741)

Controladora					
		31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025		
		Saldos	Receitas (despesas)	Saldos	Receitas (despesas)
Ativo circulante					
Venda de produtos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	1	-	82	-
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	11.041	11.263	25.209	169.186
Scalina Ltda	(ii)	960	959	2.404	7.023
Lupo Lojas Ltda	(ii)	13.964	5.721	14.270	19.171
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		393	-	412	255
Leporis S.A.		1.954	826	979	664
Diversos	(iv)	11.684	23.836	8.414	94.966
		39.997	42.605	51.770	291.265
Alugueis a receber					
Scalina Ltda		2	7	2	22
	10	39.999	42.612	51.772	291.287
Crédito coligadas					
Lupo Têxtil, Unipessoal LDA		1.104	-	970	-
Scalina Ltda		5.945	-	5.260	-
Leporis S.A.		3.268	-	3.311	-
		10.317	-	9.541	-
Total do ativo		50.316	42.612	61.313	291.287
Passivo circulante					
Serviços Hotelaria / Diversos					
Comercial Lupo S.A.	(i)	(26)	(248)	(14)	(778)
Lupo Nordeste Ltda.	(ii)	(2.430)	(2.455)	(1.976)	(62.931)
Scalina Ltda	(ii)	(2.034)	(2.857)	(206)	(70.293)
Daniela Lupo Stella	(v)	-	(21)	-	(84)
YToara - Engenharia e Comercio Ltda	(vi)	(183)	(818)	-	(496)
	19	(4.673)	(6.399)	(2.196)	(134.582)
Conselheiros de administração / Diretoria	(vii)	(220)	(1.661)	(441)	(4.647)
Arrendamentos a pagar					
Lupo Adm e Participações Ltda.	(iii)	(10.905)	(5.495)	(20.498)	(10.689)
		(15.798)	(13.555)	(23.135)	(149.918)
Dividendos e Juros sobre capital próprio					
Acionistas		(53.256)	-	(70.888)	-
Total do passivo		(69.054)	(13.555)	(94.023)	(149.918)

- (i) Comercial Lupo S.A.**
Os saldos a receber da Comercial Lupo S.A., empresa coligada da Lupo S.A., referem-se, à venda de produtos para as lojas da Comercial Lupo S.A., e os saldos a pagar para a Comercial Lupo S.A., referem-se a aluguéis e serviços de hotelaria.
- (ii) Scalina Ltda., Lupo Nordeste Ltda. e Lupo Lojas Ltda.**
Referem-se basicamente aos serviços prestados/contratados e à venda/compra de produtos.
- (iii) Lupo Administração e Participações Ltda.**
O contas a pagar com a Lupo Administração e Participações Ltda. refere-se aos aluguéis dos prédios nos quais a Lupo S.A. e a Lupo Nordeste Ltda., mantêm suas operações industriais.
- (iv) Acionistas, familiares e contratados da Companhia**
O saldo a receber de diversos refere-se à venda de produtos, como meias, cuecas, *lingeries*, entre outros, para as lojas franqueadas de propriedade dos acionistas e familiares de acionistas, que representam, 160 lojas, e para contratados da Companhia, que representam 20 lojas. Essas transações respeitam todas as regras e condições comerciais de franquias, incluindo a de concentração, na qual é definido que o máximo de lojas por franqueado não pode ultrapassar 5% em quantidade de lojas ou valor de faturamento em reais, o que ocorrer primeiro. A participação do grupo familiar pode alcançar, no máximo 28% do faturamento da rede de franquias do Grupo Lupo, reservando-se 2% para novos entrantes, totalizando 30%.

Adicionalmente, na data base, não há inadimplência ou saldos vencidos com as referidas partes relacionadas.
- (v) Daniela Lupo Stella**
Prestação de serviço de assessoria da gestão do Espaço Lupo.
- (vi) Ytoara - Engenharia e Comercio Ltda**
A empresa na qual o acionista Alisson Oliveira Gadelha é funcionário, realiza serviços de manutenção civil.
- (vii) Conselheiros de administração / Diretoria**
Remuneração aprovada em Assembleia, dos acionistas: i) Carlos Dinucci, Elvio Lupo Júnior e Ricardo Lupo, que integram o Conselho de administração; ii) Liliana Aufiero que é membro do conselho de administração e diretora-presidente, no entanto, não recebe remuneração para atividade exercida como membro do conselho de administração.

Adicionalmente, existem transações referente a: i) contratação de seguros, que são intermediadas pela corretora Building Corretora de Seguros Ltda., administrada pelo acionista Aldo Lupo Medina; ii) retirada de parte dos resíduos de produção, sem valor comercial, pela Wolf Reciclagens Ltda-EPP, de propriedade do acionista Alessandro Oliveira Gadelha.

Remuneração do pessoal-chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e os conselheiros administrativos que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No período findo em 31 de março de 2026 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários e participação nos lucros, a qual é distribuída de forma indistinta a todos os funcionários, assistência médica, entre outros), os montantes apresentados abaixo:

	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Salários e honorários	3.383	13.201
Gratificação	-	372
Participação nos lucros	-	14
Benefícios	13	52
	3.396	13.639

Os valores demonstrados encontram-se em conformidade com os limites propostos pelo Conselho de Administração e aprovados em Assembleia Geral Ordinária.

A Companhia não possui outros tipos de remuneração tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

21 Provisão para riscos

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões tributárias e trabalhistas, decorrentes do curso normal das operações.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como apresentado a seguir:

	Consolidado			Controladora	
	Tributária	Cíveis e trabalhistas	Total	Tributária	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	14.766	3.738	18.504	12.851	12.851
(Reversões) complemento	(12.851)	975	(11.876)	(12.851)	(12.851)
Saldo em 31 de março de 2025	1.915	4.713	6.628	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.915	2.403	4.318	-	-
(Reversões) complemento	(561)	(124)	(685)	-	-
Saldo em 31 de março de 2026	1.354	2.279	3.633	-	-

Provisão tributária

As provisões tributárias referem-se basicamente a autuação fiscal para a cobrança de “adicional de GILRAT (Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho) para financiamento da aposentadoria especial 25 anos – empresas em geral”, referente ao exercício de 2018. Em março de 2025, após análise e entendimento dos advogados, ocorreu a alteração da classificação de provável de perda para possível de perda, ocasionando a reversão da provisão em sua totalidade, motivo da reversão no saldo.

Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas

Em 31 de março de 2026, a Companhia mantinha em andamento processos de ordem tributária, cível e trabalhista cuja materialização, na avaliação dos consultores jurídicos, é possível de perda, mas não provável, no valor aproximado na controladora de R\$ 69.577 (R\$ 63.264 em 31 de dezembro de 2025) e no consolidado de R\$ 73.191 (R\$ 66.889 em 31 de dezembro de 2025), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Segue a composição das contingências segundo a sua natureza:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Contingências possíveis:				
Cíveis	3.713	3.790	3.642	3.720
Trabalhistas	7.375	4.729	7.375	4.717
Tributárias:				
Créditos de ICMS sobre uso e consumo (a)	15.028	14.610	15.028	14.610
Saldo negativo de IRPJ e CSLL (b)	19.086	18.611	19.086	18.611
Auto infração previdenciário (c)	24.446	21.606	24.446	21.606
Outras	3.543	3.543	-	-
	73.191	66.889	69.577	63.264

- (a) **Auto de Infração nº. 005.050.480-0 – Créditos de ICMS sobre uso e consumo:** Trata-se, originariamente, de Auto de Infração e Imposição de Multa, em razão de suposto cometimento de infrações relativas à apropriação de créditos de ICMS. Em 4 de setembro de 2024, a Companhia apresentou impugnação demonstrando que a apropriação de créditos não teve por objeto bens para uso e consumo próprio do estabelecimento, mas sim produtos intermediários diretamente empregados no processo produtivo – inclusive itens que entram em contato direto com a mercadoria final, razão pela qual o creditamento seguiu os estritos ditames legais. Em 14 de fevereiro de 2025, foi proferida decisão de primeira instância mantendo a autuação e imposição de multa, bem como reconhecendo a quitação parcial do débito. Em 14 de março de 2025, foi interposto Recurso Ordinário, admitido em 30 de abril de 2025. As contrarrazões fazendárias foram apresentadas em 18 de junho de 2025. Em 31 de março de 2026, o processo aguarda julgamento.
- (b) **Saldo Negativo de IRPJ/CSLL 2019 – Momento da Tributação dos créditos reconhecidos na ação nº 0011076-52.2012.403.6120:** Em 2019, foi ajuizado o Mandado de Segurança nº5003632-33.2019.4.03.6120, no qual foi proferida sentença reconhecendo que a tributação dos créditos decorrentes do Mandado de Segurança nº 0011076-52.2012.4.03.6120 deve ocorrer apenas no momento da transmissão dos PER/DCOMPs. Em 07/11/2025, foi proferido acórdão pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região negando provimento à apelação fazendária e confirmando a sentença. Atualmente aguarda-se o julgamento dos Embargos de Declaração opostos pela Fazenda Nacional.
- (c) **Auto de Infração Previdenciário – Processo nº. 15746.720885/2022-34:** Trata-se de cobrança de contribuição adicional do RAT para financiamento da aposentadoria especial e divergências/insuficiência de recolhimento da CPRB, ambas referentes ao exercício de 2018. Em 20/10/2022, foi certificada a alocação dos pagamentos realizados a título de divergência de contribuição da empresa – informação indevida de ajuste de CPRB em GFIP.

Em 29/12/2025, a impugnação foi julgada parcialmente procedente, mantendo-se em parte o crédito tributário lançado (CPRB reduziu de R\$2.781 para R\$ 2.494 e RAT reduziu de R\$5.195 para R\$3.269). Em 04/02/2026, a Companhia interpôs Recurso Voluntário direcionado ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais para questionar o valor remanescente. Atualmente os autos encontram-se no CARF – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, aguardando julgamento do recurso voluntário.

Segue a composição dos depósitos judiciais que estão sendo efetuados pela Companhia e suas controladas:

Descrição	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2025	(Reversão) / Complemento	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	(Reversão) / Complemento	31 de março de 2026
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	1.339	131	1.470	430	94	524
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	5.152	(56)	5.096	77	(56)	21
	<u>6.491</u>	<u>75</u>	<u>6.566</u>	<u>507</u>	<u>38</u>	<u>545</u>

Descrição	Consolidado			Controladora		
	31 de dezembro de 2024	(Reversão) / Complemento	31 de março de 2025	31 de dezembro de 2024	(Reversão) / Complemento	31 de março de 2025
Depósitos Judiciais Natureza Trabalhista	3.609	911	4.520	649	37	686
Depósitos Judiciais Natureza Tributária	3.840	-	3.840	71	-	71
	<u>7.449</u>	<u>911</u>	<u>8.360</u>	<u>720</u>	<u>37</u>	<u>757</u>

22 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

	Consolidado					
	31 de março de 2026	Valor contábil		Valor justo		
		Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	329.942	329.942	-	-	-	
Contas a receber e Outras contas a receber	353.784	353.784	-	-	-	
Passivos						
Fornecedores	(75.222)	(75.222)	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	(47.887)	(47.887)	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(53.256)	(53.256)	-	-	-	
Outras contas a pagar	(18.545)	(18.545)	-	-	-	
	Valor contábil		Valor justo			
31 de dezembro de 2025	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total	
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa	316.071	316.071	-	-	-	
Contas a receber e Outras contas a receber	391.034	391.034	-	-	-	
Passivos						
Fornecedores	(71.814)	(71.814)	-	-	-	
Empréstimos e financiamentos	(51.239)	(51.239)	-	-	-	
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(70.888)	(70.888)	-	-	-	
Outras contas a pagar	(24.165)	(24.165)	-	-	-	

	Valor contábil		Controladora Valor justo		
	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
31 de março de 2026					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	252.057	252.057	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	254.914	254.914	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(41.185)	(41.185)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(47.887)	(47.887)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(53.256)	(53.256)	-	-	-
Outras contas a pagar	(16.901)	(16.901)	-	-	-
	Custo amortizado	Total	Nível 1	Nível 2	Total
31 de dezembro de 2025					
Ativos					
Caixa e equivalentes de caixa	243.526	243.526	-	-	-
Contas a receber e Outras contas a receber	279.429	279.429	-	-	-
Passivos					
Fornecedores	(30.151)	(30.151)	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	(51.239)	(51.239)	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	(70.888)	(70.888)	-	-	-
Outras contas a pagar	(22.213)	(22.213)	-	-	-

b. Determinação do valor justo

O valor justo é o valor pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes conhecedoras e dispostas em uma transação em condições normais de mercado. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações nas métricas utilizadas para mensurar um valor por um valor confiável.

No período findo em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não efetuaram transferências entre níveis hierárquicos.

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia e suas controladas requerem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos foram determinados para fins de mensuração e / ou divulgação com base nos métodos a seguir.

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma aproximação razoável de seu valor justo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se dos valores justos em virtude do curto prazo de vencimento desses instrumentos.

Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber de clientes e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Este valor justo é determinado para fins de divulgação.

Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

No curso normal de suas operações, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado - taxa de juros, taxa de câmbio, risco de crédito e risco de liquidez. A Diretoria Executiva determina as estratégias a serem adotadas em cada circunstância e coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e estrangeiros, além de monitorar e administrar os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia e suas controladas por meio de relatórios internos de risco que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preço), risco de crédito e risco de liquidez.

A Diretoria Executiva reporta-se periodicamente ao Conselho de Administração para discussão de riscos e exposições.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e de suas controladas a cada um dos riscos acima mencionados, seus objetivos, políticas e processos de mensuração, gestão de risco, e sua gestão de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras consolidadas e da controladora.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. A Administração é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas. Os gestores de cada departamento reportam-se regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia e suas controladas são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia e suas controladas para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites.

As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de Companhia e suas controladas incorrerem em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas.

Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros créditos

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito da sua base de clientes, incluindo o risco de não pagamento no mercado que o cliente opera.

A Companhia e suas controladas limitam a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento parcelado de oito meses para clientes.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento e entrega da Companhia e suas controladas serem oferecidos. A análise da Companhia e suas controladas inclui avaliações externas quando disponíveis e em alguns casos referências bancárias. Limites de compras são estabelecidos para cada cliente que representam o montante máximo em aberto sem exigir a aprovação da Diretoria; esses limites são revisados anualmente. Clientes que falharem em cumprir com o limite de crédito estabelecido pela Companhia e suas controladas somente poderão operar em base de pagamentos antecipados.

No monitoramento do risco de crédito com clientes os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito, incluindo pessoa jurídica, atacadistas, varejistas ou consumidores finais, localização geográfica, perfil de idade, maturidade e existência de dificuldades financeiras anteriores.

Contas a receber de clientes e outros créditos são relacionadas principalmente aos clientes de varejo, atacado e franquias da Companhia. Clientes classificados como de "alto risco" são colocados em uma lista de clientes restritos e monitorados pela Diretoria, sendo suas vendas futuras feitas com base em pagamentos antecipados. A Companhia e suas controladas não exigem garantias com relação às contas a receber de clientes e outros créditos.

A Companhia e suas controladas estabelecem uma provisão para redução ao valor recuperável que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes e outros créditos. A provisão para créditos duvidosos foi constituída em montante julgado suficientes para cobrir prováveis perdas na realização, e o critério definido pela Administração é, substancialmente, provisionar todo o saldo de contas a receber vencido há mais de 365 dias. A companhia baixou créditos no consolidado e na controladora, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 7. A provisão estimada para perdas de liquidação duvidosa é de R\$ 16.216 em 31 de março de 2026 (R\$ 13.445 em 31 de dezembro de 2025) no consolidado, e R\$ 7.664 em 31 de março de 2026 (R\$ 6.165 em 31 de dezembro de 2025) na controladora, os demais saldos vencidos estão representados substancialmente por grandes organizações e franquias que não possuem histórico de inadimplência, e os respectivos saldos estão sendo realizados durante o exercício atual.

Uma análise da qualidade de crédito do saldo de contas a receber de clientes que não estavam vencidas nem reduzidas ao valor recuperável e o vencimento das contas a receber de clientes vencidas reduzidas ao valor recuperável está apresentada abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Contas a receber - à vencer	292.048	319.450	202.047	220.759
Contas a receber - vencidos				
De 0 a 30 dias	15.252	18.879	9.129	10.770
De 31 a 60 dias	6.575	11.312	5.388	7.976
De 61 a 90 dias	5.175	3.886	4.249	2.636
De 91 a 180 dias	12.101	5.978	9.296	4.445
Acima de 181 dias	8.667	14.738	4.922	10.807
	<u>339.818</u>	<u>374.243</u>	<u>235.031</u>	<u>257.393</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na Administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que haja sempre liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A Administração julga que a Companhia e suas controladas não têm risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros.

Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar nossa liquidez.

A seguir estão as maturidades contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

31 de março de 2026	Consolidado				
	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 10 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	75.222	75.222	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.887	-	2.478	-	45.409
Passivo de arrendamentos	70.578	10.117	10.117	12.024	50.493
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	53.256	9.250	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	18.545	16.360	-	2.185	-
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 10 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	71.814	71.814	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.239	-	3.368	-	47.871
Passivo de arrendamentos	75.685	14.314	14.314	11.765	49.365
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	24.165	21.830	-	2.335	-
31 de março de 2026	Controladora				
Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos	
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	41.185	41.185	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	47.887	-	2.478	-	45.409
Passivo de arrendamentos	12.182	5.788	5.788	558	183
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	53.256	9.250	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	16.901	14.801	-	2.100	-
31 de dezembro de 2025	Valor contábil	6 meses ou menos	7 - 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
Passivos financeiros não Derivativos					
Fornecedores	30.151	30.151	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	51.239	-	3.368	-	47.871
Passivo de arrendamentos	17.395	8.653	8.653	520	178
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	70.888	27.750	13.850	17.502	19.842
Outras contas a pagar	22.213	19.963	-	2.250	-

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ser realizados antecipadamente.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos ganhos da Companhia e suas controladas ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Companhia e suas controladas mantêm constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos seus resultados. Adicionalmente, também são analisados outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra estes.

Risco cambial

Este risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira (ou receita) e o saldo passivo (ou ativo) de contratos que tenham como indexador uma moeda estrangeira e que não estejam designados para *hedge accounting*.

Instrumento Financeiro	Fator de Risco	Consolidado - 31 de março de 2026		Controladora - 31 de março de 2026	
		Impactos no resultado Cenário provável - 2%		Impactos no resultado Cenário provável - 2%	
		US\$ mil	R\$ mil	US\$ mil	R\$ mil
Contas a receber de clientes	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	3.432	519	2.578	390
Fornecedores	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$	(1.128)	(170)	(566)	(85)

A exposição cambial, refere-se basicamente a curva de risco cambial projetada do dólar, o impacto no resultado foi calculado com uma variação de 2%, com base na Estrutura Temporal das Taxas de Juros (ETTJ) e cupom cambial (DDI) na B3.

Risco de taxa juros

A Companhia, possui seus empréstimos contratados indexados a taxas pós-fixadas, em moeda estrangeira, a Companhia entende que as flutuações das taxas de juros são mitigadas parcialmente por meio de hedge natural, decorrente das aplicações:

Instrumento Financeiro	Fator de Risco	Consolidado - 31 de março de 2026		Controladora - 31 de março de 2026	
		Impactos no resultado Cenário provável - 18%		Impactos no resultado Cenário provável - 18%	
		R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
Aplicações financeiras	Queda na taxa de juros	288.146	(6.483)	211.775	(4.765)
Empréstimos e financiamentos	Aumento na taxa de juros	(47.887)	1.077	(47.887)	1.077
Posição Líquida		240.259	(5.406)	163.888	(3.687)

Com base nas movimentações do mercado financeiro brasileiro, a Companhia entende que haverá um ciclo de ajustes na taxa SELIC, com perspectiva de queda gradual, fechando 2026, em torno de 12,5%.

A Administração, de uma maneira geral, entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria impacto significativo nos resultados da Companhia.

Gestão de capital

A política da Companhia e suas controladas é resguardar uma sólida base de capital para preservar a confiança do investidor, credor e mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Companhia e suas controladas definem como resultados de atividades operacionais divididos pelo capital empregado médio *Economic Value Added (EVA)*. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para os acionistas.

A Companhia e suas controladas procuram manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos, buscando vantagens e segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. O objetivo da Companhia e suas controladas era obter uma boa rentabilidade nos períodos.

A dívida da Companhia e suas controladas para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025	31 de março de 2026	31 de dezembro de 2025
Total do passivo	367.478	396.092	247.304	269.574
Menos: Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(329.942)</u>	<u>(316.071)</u>	<u>(252.057)</u>	<u>(243.526)</u>
Dívida líquida (A)	<u>37.536</u>	<u>80.021</u>	<u>(4.753)</u>	<u>26.048</u>
Total do patrimônio líquido (B)	<u>1.423.140</u>	<u>1.386.244</u>	<u>1.423.140</u>	<u>1.386.244</u>
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (A/B)	<u>2,6%</u>	<u>5,8%</u>	<u>-0,3%</u>	<u>1,9%</u>

A Companhia não alterou sua abordagem à administração de capital durante o exercício.

23 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social integralizado da Companhia é de R\$ 1.157.453 em 31 de março de 2026 e em 31 de dezembro de 2025, e está representado por 197.593.686 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

Em 28 de maio de 2025, houve aumento de capital através de reversão de reserva legal e reserva de investimentos, no montante de R\$ 40.995, conforme ata de reunião do conselho de administração.

Em 19 de dezembro de 2025, houve outro aumento de capital através da reversão da reserva de lucros, no montante de R\$ 80.914.

Lucro por ação

O resultado básico e diluído por ação da Companhia é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas pela quantidade de ações ordinárias emitidas, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía instrumentos com efeitos diluidores.

	Consolidado e Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	36.958	23.034
Quantidade de ações ordinárias - milhares	197.594	197.594
Lucro básico e diluído por ação – R\$	<u>0,19</u>	<u>0,12</u>

Dividendos e remuneração sobre o capital próprio

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Os dividendos a pagar serão destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo.

Em 31 de dezembro de 2025, foi atribuído R\$ 36.550 de juros sobre o capital próprio (líquido do imposto de renda retido na fonte) e R\$ 42.394 de dividendos a pagar, ao quais em 31 de março de 2026 já foram pagos R\$ 13.450 e R\$ 5.050 respectivamente.

Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

Trata-se de reserva estatutária calculada com base no saldo remanescente dos lucros apurados no exercício após as destinações para reserva legal e dividendos, sendo destinada à aplicação em investimentos futuros, que visa financiar parte do orçamento de capital, preparado pela Diretoria, compreendendo aquisição de equipamentos e máquinas, desenvolvimento do parque industrial e capital de giro.

Ajustes de avaliação patrimonial

Decorrentes do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem, além de resultado com transações entre acionistas. Na medida em que os bens, objeto da atribuição de novo valor, são depreciados ou baixados contra o resultado, os respectivos valores são transferidos da conta de Ajustes de Avaliação Patrimonial para Lucros acumulados.

24 Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Receitas totais				
Vendas Mercado Interno	396.401	394.603	260.446	316.355
Vendas Mercado Externo	2.707	7.877	4.679	6.628
	<u>399.108</u>	<u>402.480</u>	<u>265.125</u>	<u>322.983</u>
Menos:				
Impostos sobre vendas	(62.988)	(61.861)	(41.442)	(52.057)
Descontos concedidos	(792)	(889)	(137)	(325)
Devoluções e abatimentos	(7.593)	(7.617)	(3.092)	(5.259)
Total da receita operacional líquida	<u>327.735</u>	<u>332.113</u>	<u>220.454</u>	<u>265.342</u>

A Companhia e suas controladas possuem apenas um segmento operacional. Para fins gerenciais, a Administração acompanha a receita líquida com o mercado interno consolidada por canal de distribuição, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Canal		
Multimarcas	194.280	196.973
Franquias	101.504	95.884
Lojas de departamento	18.813	24.705
Private label	3.199	2.105
E-commerce	7.232	4.569
Receita mercado interno	325.028	324.236
Receita mercado externo (ii)	2.707	7.877
Receita líquida total	327.735	332.113
Receita mercado interno	388.016	386.097
Receita mercado externo	2.707	7.877
Receita	390.723	393.974
Deduções da receita (impostos)	(62.988)	(61.861)
Receita líquida total	327.735	332.113

25 Custos dos produtos vendidos

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(119.826)	(108.287)	(88.953)	(112.585)
Despesas com pessoal	(97.488)	(97.862)	(58.718)	(60.606)
Depreciação e amortização	(12.101)	(10.878)	(8.886)	(8.128)
Energia elétrica	(6.441)	(6.739)	(2.630)	(3.532)
Outros	(814)	(2.629)	722	(1.726)
	(236.670)	(226.395)	(158.465)	(186.577)

26 Despesas com vendas

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Despesas com fretes e serviços prestados	(12.993)	(14.669)	(6.622)	(7.895)
Comissões sobre as vendas	(12.303)	(16.103)	(7.842)	(9.769)
Despesas com pessoal	(13.410)	(13.242)	(8.539)	(8.761)
Propaganda e publicidade	(4.727)	(6.334)	(3.646)	(5.575)
Direitos autorais	(670)	(515)	(595)	(423)
Materiais de consumo	(2.685)	(3.534)	(919)	(1.777)
Depreciação e amortização	(1.250)	(1.130)	(431)	(372)
Outras	(1.476)	(320)	(809)	(289)
	(49.514)	(55.847)	(29.403)	(34.861)

27 Despesas administrativas e gerais

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Despesas com pessoal	(12.469)	(11.783)	(8.306)	(7.628)
Serviços prestados e outros	(5.619)	(5.307)	(4.374)	(4.435)
Despesas com dirigentes	(1.561)	(1.527)	(1.561)	(1.527)
Despesas gerais	(3.509)	(3.754)	(2.355)	(2.624)
Depreciação e amortização	(669)	(1.289)	(539)	(1.169)
	(23.827)	(23.660)	(17.135)	(17.383)

28 Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Outras receitas operacionais				
Receitas eventuais	150	178	150	178
Recuperação de despesas	6.979	-	2.044	-
Reversão para demandas judiciais	913	12.971	-	12.851
Venda de ativo fixo	3.147	83	490	54
Receitas de aluguéis	56	53	98	61
Outras receitas	935	253	697	252
Total de outras receitas	12.180	13.538	3.479	13.396
Outras despesas operacionais				
Provisão para demandas judiciais	(227)	(1.097)	-	-
Reversão de créditos fiscais	-	(8.541)	-	(8.136)
Indenizações	(303)	(146)	(84)	-
Custo de imobilizado baixado	(4.080)	(55)	(1.357)	(55)
Outras despesas operacionais	(346)	(305)	(233)	(107)
Total de outras despesas	(4.956)	(10.144)	(1.674)	(8.298)
Outras receitas (despesas) líquidas	7.224	3.394	1.805	5.098

29 Receitas e despesas financeiras

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Receita financeira:				
Receita sobre aplicação financeira	9.401	7.631	7.095	6.589
Juros recebidos	3.990	2.387	2.259	1.332
Descontos obtidos	31	56	1	17
Ganho de variação cambial	313	-	-	-
Total das receitas financeiras	13.735	10.074	9.355	7.938
Despesa financeira:				
Despesas de juros sobre passivos	(3.795)	(3.010)	(2.283)	(1.750)
Perda de variação cambial	(1.201)	(930)	(854)	(925)
Descontos concedidos	(792)	(2.128)	(619)	(1.205)
Tributos sobre operações financeiras	(593)	(640)	(410)	(376)
Outras despesas	(286)	(311)	(162)	(209)
Total das despesas financeiras	(6.667)	(7.019)	(4.328)	(4.465)
Financeiras líquidas	7.068	3.055	5.027	3.473

30 Demonstrações dos fluxos de caixa

a) Informações suplementares

	Consolidado		Controladora	
	31 de março de 2026	31 de março de 2025	31 de março de 2026	31 de março de 2025
Adições totais de imobilizado e intangível				
Adição de imobilizado	15.505	15.647	11.965	11.524
Adição de intangível	2.338	1.836	2.338	1.811
Efeitos que não envolvem caixa				
Adição direito de uso	(2.837)	(1.494)	(439)	(2)
Total de adições conforme demonstração do fluxo de caixa	15.006	15.989	13.864	13.333

* * *

Diretoria

Liliana Aufiero
Diretora-presidente

Carlos Alberto Mazzeu
Diretor Vice-Presidente e Diretor de RI

João Daniel Buoro
Diretor financeiro

Conselho da Administração

Carlos Dinucci - Presidente

Altamiro Boscoli
André Antunes Soares de Camargo
Daniela Lupo Stella
Elvio Lupo Junior
Hugo Alexandre Vasconcelos Rodrigues
Liliana Aufiero
Ricardo Lupo

Contadora

Lisiane Uesono
CRC/SP nº 1SP 256905/O-0